

Caminhos truncados - II

Antônio Barros de Castro

A cessação imediata da inflação supõe, contra todas as evidências que, digamos, os *free riders* abrirão mão da alta de preços no dia que se segue à decretação do programa. Algo semelhante teria de se verificar a nível sindical, não obstante as evidências no sentido de que os sindicatos não aceitarão soluções, que para diversos efeitos os imobilizem por um período indefinido de tempo. Convém recordar que mesmo no caso da Alemanha de Weimar, exemplo clássico de estabilização "instantânea", chegou a ocorrer uma "nova inflação" (de janeiro a abril de 1924), que pôs em risco a estabilização e foi debelada por um excepcional aperto do torniquete do crédito.

Tendo presente o que foi dito, há que admitir que um programa deste tipo é excepcionalmente arriscado. Este é o verdadeiro programa de um só tiro. Se o déficit e, ou a inflação puserem a conversibilidade sob suspeita, os agentes econômicos tenderão a correr em busca de dólares, colocando em risco não apenas o programa como os bancos comerciais e tudo o mais. De fato, a corrida em busca de papel-moeda (para troca por dólar) colocaria os bancos em flagrante risco de solvência, sendo que o eventual socorro por parte do Banco Central, ao quebrar de vez a confiança no programa, criaria uma situação explosiva.

Duas conclusões derivam do que precede. Primeiramente, a confiança supostamente emprestada pela muleta do dólar tem que ser, de fato, conquistada. Além disto, um programa deste tipo não se desgasta: se não der certo, ocorre o que Roberto Frenkel denominou de "dolarização caótica", acompanhada de uma crise sem precedentes. Acrescente-se, ainda, que, desatada a crise, o próprio Congresso será obrigado a revogar a lei da conversibilidade. Numa palavra, a saída de um impasse desta natureza atinge seriamente a confiabilidade do próprio Congresso — o que não pode senão agravar o seríssimo problema da ingovernabilidade que paira sobre as nossas sociedades.

O comentário acima torna evidente que a dolarização requer a anulação imediata do déficit, o que, por sua vez, implica uma total independização do Banco Central frente ao Tesouro. Isto significa que a dolarização traz em seu ventre aquilo de que explicitamente parte a terceira proposta, o chamado "choque liberal".

Quanto a este terceiro caminho, cabe notar que a proposta vem sofrendo importantes alterações no período mais recente. Inicialmente, a proposta se concentrava no amplo corte dos gastos governamentais e na redução do Estado a um tamanho mínimo. Presentemente, seja porque há cerca de 10 anos o Estado vem sofrendo cortes e o orçamento vem sendo progressivamente disciplinado (torñando-se ridículo falar de *soft budget* no Brasil de hoje), seja para buscar apoio político para a proposta, o acerto fiscal passou a ser apresentado como uma reforma, da qual resultaria, segundo os seus proponentes, uma elevação de receita pública. Com isto, a ênfase inicial na redução do Estado perde realce... e a extinção de funções públicas ficaria relegada à esfera dos órgãos reguladores.

Admito que o choque liberal propõe como pilares do seu programa aquilo que a dolarização requer para que a confiança na moeda seja mantida, e supondo que o próprio gradualismo

tendrá a culminar num ajuste fiscal (e no consequente eclipse do Banco Central como órgão financiador do Tesouro), fica clara a identidade, no que toca a conteúdo, das três propostas. Se assim é, adquire grande importância a avaliação da utilidade prática das mediações a que recorrerão a primeira e segunda propostas (o choque liberal, neste sentido, não dispõe de tática) e, claro, da viabilidade política de cada uma delas.

Somente uma análise das resistências gerais e específicas (locais de resistência) nos poderia ajudar a avançar nesta discussão. Sem quaisquer pretensões no que toca à exploração deste território, diremos apenas, sumária e indagativamente, que:

— O caminho gradualista desperta mais descrédito que (ativa) resistência. E isto porque, além de os atores e agentes permanecerem onde já se encontram, a definição ideológica do programa fica na prática diluída, tanto pela segmentação das mudanças quanto (no caso brasileiro aqui em foco) pela inconsistência e reviravoltas que têm caracterizado a argumentação governamental.

— A dolarização, como já dissemos, tem o seu *charme* e, do ponto de vista operacional, possui a inegável vantagem de focalizar com nitidez um objetivo inequívoco (a sustentação da paridade), capaz de balizar as demais decisões. Além do mais, por contar entre seus adeptos com alguns dos economistas mais engenhosos do país, poderá receber habilidosa encadernação. Muito dependerá, no entanto, do ocorrido na Argentina e da tomada de consciência de que por trás da conversibilidade existem requisitos severíssimos, a serem acatados com rigor ainda maior do que na proposta assumidamente liberal.

— Finalmente, o choque liberal é sem dúvida a proposta que levanta maiores resistências. Não apenas a proposta em si é em regra apresentada em sua moldura ideológica própria e nitidamente definida, como, para piorar, sua figura de proa é totalmente identificada com os rigores do regime autoritário e com a defesa de interesses estranhos ao país.

O balanço, como veinos, nada tem de animador. O gradualismo tem pela frente uma nova descontinuidade, e encontra-se praticamente na estaca zero, no que se refere à conquista de adeptos. A dolarização, passado o modismo inicial, pode vir a ser entendida como um último e arriscadíssimo truque. E, quanto ao choque liberal, excetuados certos meios empresariais, conta com uma rejeição quase generalizada. Ficamos assim com a sensação de que a luta pela estabilidade não encontrou ainda o seu roteiro. Por trás desta constatação talvez esteja o fato, já apontado por muitos, de que não existe nesta sociedade uma autêntica vontade de vencer a inflação. Os brasileiros continuam convencidos de que sabem viver com a inflação, e imputam os males da economia a causas estruturais, bem como ao combate à inflação. Afinal das contas, o único malefício que indubitablemente se pode atribuir à inflação do tipo que conhecemos e praticamos hoje no Brasil é a anulação do investimento. Mas investimentos tivemos muito, por muito tempo... e as mais graves implicações da estagnação em que estamos mergulhados não estão sequer inscritas na nossa pauta de discussões.

* Economista, editor do Boletim de Conjuntura do Instituto de Economia Industrial da UFRJ. Último de uma série de dois artigos.

O primeiro foi publicado na edição de ontem